

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**DIVERGÊNCIAS E TRAIÇÕES ENTRE AS
LIDERANÇAS FARROUPILHAS: A PARTIR DA
DOCUMENTAÇÃO DO BARÃO DE CAXIAS NO
PERÍODO DE 1842 A 1845**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Janaína da Rocha Golin

Santa Maria, RS, Brasil

2007

**DIVERGÊNCIAS E TRAIÇÕES ENTRE AS LIDERANÇAS
FARROUPILHAS: A PARTIR DA DOCUMENTAÇÃO DO
BARÃO DE CAXIAS NO PERÍODO DE 1842 A 1845**

por

Janaíta da Rocha Golin

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Brasil, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do grau de
Especialista em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. André Átila Fertig

Santa Maria, RS, Brasil

2007

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de História
Curso de Especialização em História do Brasil**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia

**DIVERGÊNCIAS E TRAIÇÕES ENTRE AS LIDERANÇAS
FARROUPILHAS: A PARTIR DA DOCUMENTAÇÃO DO BARÃO DE
CAXIAS NO PERÍODO DE 1842 A 1845**

elaborada por
Janaíta da Rocha Golin

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em História do Brasil

COMISSÃO EXAMINADORA:

André Átila Fertig, Dr.
(Presidente/Orientador)

Vitor Otávio Fernandes Biasoli, Dr. (UFSM)

Luiz Eugênio Vécio, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 1º de outubro de 2007.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Luiz Carlos Tau Golin, o qual sempre primou pelo saber como necessidade fundamental da existência humana, sendo responsável pelo meu ingresso no mundo dos livros e do conhecimento. Sua obra serviu de inspiração para a execução deste trabalho.

À minha mãe, Circe Rocha, personalidade combativa enquanto cidadã, auxiliou na moldagem da minha consciência na condição de sujeito histórico.

Ao Jean de Oliveira, cúmplice de uma batalha diária, ao meu lado constrói parte da minha história, traçando nossa jornada, reservando nosso lugar no futuro.

Aos meus avós maternos Cyrineu José da Rocha e Aura Farias da Rocha, hoje infelizmente debilitados pela velhice, constituíram-se no passado nas bases alicerçadoras da minha vida.

À minha avó paterna Zaira Torres Golin, presença esporádica, porém sempre acolhedora e atenciosa.

Ao meu orientador, André Fertig, prestativo em sua orientação, teceu caminhos importantes para o desenvolvimento desta monografia.

À tia Cuga, mais amiga do que tia, parceira de festas e companhia constante.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em História do Brasil
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

DIVERGÊNCIAS E TRAIÇÕES ENTRE AS LIDERANÇAS FARROUPILHAS: A PARTIR DA DOCUMENTAÇÃO DO BARÃO DE CAXIAS NO PERÍODO DE 1842 A 1845

Autora: Janaína da Rocha Golin
Orientador: Profº Drº André Fertig

Este trabalho monográfico pretende evidenciar a existência de divergências entre os líderes farroupilhas durante o desenrolar do confronto bélico estabelecido da Província de São Pedro no século XIX, entre 1835 a 1845. Como apoio para a assertiva defendida, utilizamos a documentação de Luís Alves de Lima e Silva, o Barão de Caxias, então encarregado como pacificador do conflito sulino pelo Império do Brasil a partir de 1842, impregnada com diversas demonstrações que corroboram a problemática defendida por este trabalho. Além de empregarmos a documentação de Caxias para validar nosso propósito, também nos valemos da historiografia produzida por historiadores que abordaram a Revolução Farroupilha, onde detectamos indícios que demonstram o estado de desunião entre os comandantes farrapos. Como preocupação em desmistificar a unidade farroupilha, fabricada por historiadores comprometidos com uma visão alusivamente cívica e comemorativa deste fenômeno histórico, dedicamos parte do trabalho em retratar a conformação da coerência entre os comandantes rebeldes, silenciando sobre diversos elementos que confirmam o contrário. A configuração sócio-cultural em que o Rio Grande do Sul se encontra atualmente merece destaque na produção deste texto, pois a manipulação e distorção de sua história interferiram na disseminação de valores tradicionais discutíveis, os quais circulam em seu território, tendo como principal incentivador dessa prática os veículos de comunicação e os centros de tradições gaúchas.

Palavras-chave: Revolução Farroupilha, divergências, líderes farroupilhas, história.

ABSTRACT

Specialization Monography
Specialization Course in the Brazilian History
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

DIVERGENCIAS AND BETRAYALS AMONG “FARROUPILHA” LEADERSHIP: RESEARCHING ON THE BARON OF CAXIAS DOCUMENTATION FROM 1842 THROUGH 1845

Author: Janaíta da Rocha Golin

Adviser: André Átila Fertig

This monographic work intends to evidence the existence of divergences between the farroupilha leaders during the established warlike confrontation of the Province de São Pedro in the XIX century, between 1835 and 1845. As a support for this assertive, we used the documentation of Luis Alves de Lima and Silva, the Baron of Caxias, who was then in charge of pacifying the southern conflict for the Brazilian Empire since 1842, impregnated with various demonstrations that corroborate the problematic defended by this work. Besides using the documentation of Caxias to validate our intention, we also made use of the historiography produced by historians who have approached the Farroupilha Revolution, where we detected indications that demonstrate how much disunion there was among the commanders of this revolution. As a concern to demystify the farroupilha created by historians committed to an allusively civic and commemorative vision of this historical phenomenon, we dedicate part of the work in portraying the conformation of the coherence is the rebellious commanders, silencing on diverse elements that confirm the opposite. The sociocultural configuration in which the state of Rio Grande Do Sul currently deserves prominence in the production of this text, because the manipulation and distortion of its history have intervened with the dissemination of arguable traditional values, which circulate in its territory, having as the main incentivador of this practice the means of communication and the “gaúcha” tradition centers.

Word-key: Farroupilha revolution, divergences, farroupilha leaders, history.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1º CAPÍTULO: CONSTRUÇÃO CULTURAL E IDEOLÓGICA DA UNIDADE FARROUPILHA	12
2º CAPÍTULO: HISTORIOGRAFIA IMBUÍDA DE ELEMENTOS COMPROVADORES DA CISÃO FARROUPILHA	20
3º CAPÍTULO: ANÁLISE DOS CONFLITOS APOIADA NA DOCUMENTAÇÃO DO BARÃO DE CAXIAS	30
CONCLUSÃO	37
FONTES	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

INTRODUÇÃO

A problemática que motivou a pesquisa deste trabalho monográfico diz respeito à ausência de unidade entre os líderes farroupilhas e a constante divergência entre eles baseadas na documentação de Luís Alves de Lima e Silva, o Barão de Caxias, e de Domingos José de Almeida, ministro da Fazenda, Interior e Guerra da República Rio-Grandense, formalizada durante o conflito farrapo com o Império do Brasil. Grande parte da produção historiográfica acerca da Revolução Farroupilha não abordou as contradições entre os comandantes farrapos, dando a entender que não houve desentendimentos entre seus líderes. Tais versões bibliográficas acabaram por legitimar uma versão monolítica e coesa do acontecimento.

Apesar de haver existido um governo formal dos rebeldes farroupilhas a partir da Proclamação da República no ano de 1836, nota-se uma sistematização de chefes caudilhos, ou seja, uma composição de coronéis, generais e militares que integravam a direção do governo farrapo e atuavam isoladamente na liderança de pequenas tropas controladas e influenciadas por eles. Desse modo, muitas vezes, colocaram seus interesses pessoais à frente dos da Revolução. Tau Golin percebe que a falta de unidade dos líderes resultou na não materialização da legitimidade do poder revolucionário, pois, a formalidade de um governo constitucional não implicou na solução das divergências dos chefes revolucionários.¹ Para elucidar esta afirmação citamos a não instalação e funcionamento da Assembléia Constituinte e Legislativa, a qual representava os anseios políticos liberais do movimento, isto é, o fortalecimento do poder legislativo.

A produção historiográfica de fins dos anos 1970 acerca da Revolução Farroupilha, como por exemplo, a obra de Spencer Leitman, trouxe à tona aspectos que contribuem para a compreensão das atitudes caudilhescas dos generais militares farrapos. Leitman considera que

¹ GOLIN, Tau. **A tradicionalidade na cultura e na história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1989.

estes generais manejavam seus subalternos com interesses próprios, estando mais interessados na realização de seus desejos pessoais do que na realização de um projeto que contemplasse a todos.² O caudilhismo abordado por Spencer Leitman cabe nesta pesquisa como a evidência de que as atitudes isoladas dos líderes farroupilhas denunciaram a sua cisão. Sendo assim, encontramos mais um elemento que comprova a fragmentação do movimento farroupilha.

Para Eric Hobsbawm³, a reflexão sistemática sobre o objeto e os objetivos da narrativa historiográfica não se distingue da própria escrita da história. A percepção teórica defendida e utilizada por Hobsbawm como método de fazer história encaixa-se no desenvolvimento deste estudo, pois se reveste de um embate direto com os usos e abusos da história, tanto na sociedade quanto na política. Sendo assim, esta metodologia preocupa-se em abordar a história e produzir historiografia como método responsável, sustentado pela lógica e evidência. Aproximar-se da verdade sobre a história é o ponto central que os historiadores devem partir, fazendo a distinção do que seja fato comprovável e ficção. Acreditamos que a história está empenhada em um projeto intelectual coerente, e fez progressos no entendimento de como o mundo passou a ser hoje. Dessa forma, precisa-se aprimorar ainda mais o estudo sobre a Revolução Farroupilha, incorporando à historiografia acadêmica as superações históricas que outros historiadores efetivaram.

Segundo Eric Hobsbawm, o passado legitima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito que comemorar. E se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo.⁴ Ocorre deliberadamente no Rio Grande do Sul, uma distorção sistemática da história, uma difusão de valores históricos, principalmente ao movimento farroupilha, que não propiciam à compreensão e crítica de nossa sociedade, mas que objetivamente prima pela sua aprovação e orgulho. Então, as divergências, as traições, os desentendimentos e “o jogo sujo” dos líderes farroupilhas não se constituem em informações dignas de glória, mas é dever dos historiadores honestos demonstrá-las. Afinal de contas, história não é memória ancestral ou tradição coletiva. Portanto, a profissão de historiador é essencial na luta contra a substituição da história pelo mito, pois, determina o que entra ou não nos livros escolares.

² LEITMAN, Spencer Lewis. **Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos**: um capítulo da história do Brasil no século XIX. (Tradução de Sarita Linhares Barsted) Rio de Janeiro: Graal, 1979.

³ HOBBSAWM, Eric J., **1917 - Sobre História** / Eric Hobsbawm; tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 17.

⁴ Ibidem. p. 18.

A grande quantidade de estudos acerca da Revolução Farroupilha não nos tira o entusiasmo de continuar a pesquisa histórica em torno deste tema. Em termos de conhecimento histórico um historiador jamais esgota outro historiador⁵, dessa forma, por mais que um assunto tenha sido trabalhado exaustivamente, sempre haverá espaço para novos “olhares” sobre a história. É tarefa dos historiadores ampliarem o espaço de discussão e compreensão sobre a história através da produção da historiografia, explorando indefinidamente o campo do saber histórico.

É importante salientar a relevância deste trabalho, tanto do ponto de vista acadêmico e científico quanto social, pois a contestação da unidade farrapa vem desconstruir a pseudo uniformização do movimento farroupilha, combatendo a visão comprometida com a eternização deste fenômeno histórico. Apesar da existência de importantes análises históricas em relação ao conflito farrapo, nota-se uma considerável carência historiográfica no que se refere à abordagem da relação entre os líderes farroupilhas. Dessa forma, acreditamos contribuir para o debate, acrescentando elementos que possibilitem constantes reflexões em torno deste acontecimento da história sul-rio-grandense.

Demonstrações de clientelismo e corrupção advêm antes mesmo do estopim da Revolução Farroupilha, em 20 de setembro de 1835. Como por exemplo, a ruptura entre Bento Gonçalves da Silva, um dos líderes do movimento armado, e o presidente da Província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, proveio de insatisfações pelo controle da chefia de polícia. Bento pretendia entregá-lo a um de seus correligionários, no caso, a seu primo Domingos José da Porciúncula.⁶ A disputa por cargos públicos também permeou a relação entre Bento Gonçalves da Silva e o até então presidente da Província de São Pedro.

Como observa Richard Graham, o clientelismo constituía a trama de ligação da política no Brasil do século XIX e sustentava virtualmente todo ato político.⁷ Segundo Graham, não havia oposição hipotética entre poder público e poder privado, e os estancieiros do sul do Brasil emergiram como os mais prósperos e poderosos. A obra “O povo do pampa”, de Tau Golin, frisa que como chefes políticos, os poderosos estancieiros praticamente

⁵ RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Paradigmas do estudo da história**: os modelos de compreensão da ciência histórica no pensamento contemporâneo. Porto Alegre: IEL/IGEL, 1991. p. 185.

⁶ FLORES, Moacyr. **Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

⁷ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

confundiam-se com os do Estado. Caracterizavam-se como mistos de proprietários e chefes militar/civil.⁸

A economia local sulina apoiava-se principalmente na pecuária, uma cultura que propiciava uma intensa lealdade regional e conseqüentemente o autoritarismo. Sendo assim, a principal característica da política sul-rio-grandense apoiava-se no autoritarismo, pois a sociedade sulina teve como base a estância, organização em que predomina a figura do latifundiário, sem que os peões, escravos, e agregados pudessem se reunir para defender seus interesses.⁹ Dessa forma, compreendemos que uma parcela do povo participou da revolução de 20 de setembro de 1835 sem entender seu conteúdo ideológico. Acompanhou o levante armado ao lado de seu patrão ou comandante militar, a quem estava ligado por laços de dependência econômica.

O clientelismo e a corrupção manifestavam-se abertamente dentro do Exército republicano farrapo, onde seus postos mais elevados eram entregues a pessoas componentes das grandes famílias, que davam os postos inferiores a seus clientes ou criados, de forma que os alferes e tenentes eram muitas vezes serviçais, que continuavam a servir a seus patrões.¹⁰ Ocorreu, portanto, a disseminação de relações de parentescos e compadrio dentro das tropas militares, onde muitos se envolveram na Revolução por um critério de fidelidade e obediência. Os próprios parentes e amigos do presidente da República Rio-Grandense, Bento Gonçalves da Silva, ajudaram a preencher os cargos administrativos do novo governo. No exame da correspondência dos comandantes e ministros nunca há indicação de alguém para preenchimento de cargo público porque prestou serviços relevantes à causa farroupilha ou por critério de competência, levando a crer que as nomeações se davam por laços de amizade.

Do ponto de vista da elite sul-rio-grandense, o que dominava o relacionamento era, por um lado, a assistência do protetor, e por outro, a lealdade ou o serviço prestado; os agregados provavelmente tinham outras idéias, mas com raras exceções, guardavam-nas para si mesmos. O poder político manifestava-se através de uma rede de clientes, onde se procurava arrebanhar um número cada vez maior de asseclas a fim de consolidá-lo. A exibição deste poder levava facilmente ao uso da violência direta, como pretendemos

⁸ GOLIN, Tau. **O povo do pampa**: uma história de 12 mil anos do Rio Grande do Sul para adolescentes e outras idades / Tau Golin – Passo Fundo: Ediupf, Porto Alegre: Sulina, 1999.

⁹ PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Farroupilha**. Coleção Tudo é História. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

¹⁰ FLORES, Moacyr. **República Rio-Grandense**: realidade e utopia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

demonstrar ao longo de nosso trabalho, onde atitudes de caráter pessoal, muitas vezes dissonantes da civilidade, prevaleceram à frente de um comando organizado e coeso.

O período temporal que este trabalho recorta, remonta desde 1842, com a chegada do Barão de Caxias à Província do Rio Grande do Sul, finalizando em 1845, com o acordo armistício realizado entre o Império do Brasil e os farroupilhas. A escolha deste período de tempo histórico deve-se em razão do acréscimo ainda maior de contraposições entre os líderes farrapos, culminando com a dissolução da República Rio-Grandense.

O acervo documental do Barão de Caxias¹¹, contendo os ofícios de ordens do dia do ano de 1842 a 1846, foi imprescindível para a execução e viabilidade desta monografia. Nele, foram encontradas inúmeras evidências que corroboraram a situação de rivalidade entre os generais farroupilhas. O desempenho do Barão de Caxias como pacificador da Revolução Farroupilha a partir de 1842 demonstrou a dimensão do total desentendimento que permeavam as relações farrapas. Os acontecimentos da guerra foram minuciosamente documentados pelo Barão, e se constituíram em elementos essenciais para a constatação do estado de desunião em que se encontravam os principais líderes farroupilhas.

¹¹ Arquivo Caxias – Arquivo Nacional.

1º CAPÍTULO: CONSTRUÇÃO CULTURAL E IDEOLÓGICA DA UNIDADE FARROUPILHA

A tradicionalidade historiográfica dos produtores culturais do Estado do Rio Grande do Sul ensejou a Revolução Farroupilha em um monótono acontecimento, sem as complexidades e diferenças que marcaram o fenômeno. Esta coerência fabricada teve como objetivo sanar as fraturas do passado, apagar as imperfeições e moralizar os líderes farroupilhas, na tentativa de idealizar o panteão de heróis edificados pela mídia cultural. E convém explicitar que o processo de ideologização está sendo vitorioso, basta observar a incrível disseminação desses valores na sociedade sul-rio-grandense. Os CTGs (Centro de Tradições Gaúchas) ganham cada vez mais força, alastram-se para fora do Estado e outras vezes até do país como se fossem guarnecidos das únicas e legítimas representações sócio-culturais de nosso povo. Reproduz-se todos os anos, no mês de setembro, através da “Semana Farroupilha” uma cultuação cívica que apregoa valores conformadores com a hegemonia militar-estancieira.

Comemora-se a Revolução Farroupilha como se fosse dotada de princípios de liberdade para o povo, ignorando que ela fez-se pela vontade de ricos militares estancieiros pela preservação de seus interesses econômicos, os quais não estavam interessados em reestruturar as relações de classe. Pelo contrário, qualquer colapso nas relações tradicionais entre senhor e escravo, estancieiro e gaúcho, poderia desorganizar o sistema político e social vigente.¹² Cultua-se, através das indumentárias pilchadas “heróis” que eram na sua maioria senhores de escravos. Glorificam-se homens que mantiveram o direito de cidadania, ou seja, o

¹² LEITMAN, Spencer Lewis. **Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos**: um capítulo da história do Brasil no século XIX. Tradução de Sarita Linhares Barsted. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 23.

voto, restrito aos proprietários, banindo do sistema eleitoral os homens do povo, não reconhecendo nestes as condições para escolher seus representantes.¹³

Através das décadas formaram-se gerações de historiadores, como por exemplo, Dante de Laytano, Olyntho Sanmartim, Souza Docca, Moisés Vellinho e Walter Spalding, os quais se comprometeram com a tradicionalidade de uma visão apologética e alusivamente cívica da Revolução Farroupilha.¹⁴ Arquetizou-se uma conformação de coerência na relação entre os comandantes rebeldes, omitindo que os farroupilhas constituíam-se em três frações diferentes, e que muitas vezes eram antagônicas entre si, ou seja, a minoria republicana, os monarquistas e os defensores do Império. Exemplifica-se o fenômeno como essencialmente republicano, mas uma minoria era republicana, com idéias ainda muito vagas, e constituía-se na fração que fazia fervorosa oposição a Bento Gonçalves da Silva, que era monarquista. Além disso, os farroupilhas continuaram a reger-se pela Constituição imperial durante o exercício do governo republicano.

Identifica-se o levante farrapo como respaldado pela totalidade dos habitantes da Província do Rio Grande do Sul, em um imaginário popular de que todos se lançaram de armas na mão contra a opressão do Império tirânico, todavia a maior parte do povo sul-riograndense lutou ao lado do Império do Brasil. Para ratificar essa idéia, encontramos indícios na obra de Moacyr Flores, de que os moradores dos centros urbanos como Porto Alegre, Rio Pardo, Pelotas, São José do Norte e Rio Grande assumiram uma posição anti-farroupilha, desmistificando a afirmação generalizada de que a Província do Rio Grande do Sul lutou contra o Império do Brasil, quando apenas uma parcela, a maior parte da zona da Campanha, pegou em armas para implantar a República.¹⁵ Sendo assim, alude-se a uma visão conformadora com os parâmetros do tradicionalismo em relação à história sulina, no caso, primordialmente a Revolução Farroupilha, onde se prefere eleger como referencial a explicação de padrões de CTG em vez da análise e depoimento de historiadores.

Perpetua-se no imaginário popular do Rio Grande do Sul a convicção de que os comandantes militares da Revolução Farroupilha constituíram-se em valorosos guerreiros, dotados de imenso talento para a guerra. Porém, ignora-se que no planejamento militar destes líderes, ocorreram inúmeras falhas estratégicas de intervenção bélica. Bento Gonçalves, por

¹³ FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**: as idéias políticas da revolução farroupilha. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1978.

¹⁴ GOLIN, Tau. **A tradicionalidade na cultura e na história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1989. p. 105.

¹⁵ FLORES, Moacyr. **República Rio-Grandense**: realidade e utopia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

exemplo, ao continuar com sua idéia fixa de retomar Porto Alegre, depois de sua perda em 1836, ignorou Rio Grande, importante porto marítimo e fluvial, crucial para o recebimento e envio de recursos variados, o qual permaneceu todo o tempo em poder dos imperiais. Além disso, o sítio farroupilha realizado a Porto Alegre fazia-se unicamente por terra, permanecendo o rio Guaíba livre para as embarcações e canoas que traziam víveres, armas e munições para a resistência legalista. Para a manutenção do porto distante de Laguna, localizado em Santa Catarina, houve grande demanda de esforços e recursos financeiros, ocasionando prejuízo aos cofres da República Rio-Grandense.¹⁶ Analisando estas duvidosas escolhas, percebemos que nem sempre os executores da Revolução Farroupilha planejaram suas inserções bélicas da melhor maneira possível, revelando carência de tino militar, inclusive para Bento Gonçalves da Silva.

A inserção da causa abolicionista pelo senso comum como um dos objetivos da Revolução Farroupilha pode ser questionada. Como seguidores dos preceitos liberais, os líderes farroupilhas concordavam com sua doutrina, a qual instituíam a manutenção da escravidão para os povos vencidos, a quem os vencedores concederam a vida, que podia ser usada e retirada por seus donos. Consideravam, portanto, os negros como povo destinado à escravidão, sem condições de cuidar de sua própria liberdade. Dentro deste imaginário racista, citemos, um artigo do jornal republicano, O Artilheiro, onde se estabelece as diferenças entre o branco e o negro:

Os pretos, que por mais que se esforcem, por mais que se fatiguem, nunca melhoram de sorte, nem saem de sua humilhante condição, e isto se deve entender, tanto com os que existem entre nós, como mais genericamente com as diversas nações, que deles há em África, sempre abatidos, sempre ignorantes e sempre escravos.¹⁷

O escravo era considerado um bem móvel, e segundo a doutrina liberal, o Estado não podia intervir na propriedade. Se o escravo de um farroupilha sentasse praça no Exército, seu proprietário deveria ser indenizado. Além disso, examinando a correspondência do ministro Domingos José de Almeida, encontra-se uma quantidade imensa de reclamantes solicitando baixa de seus escravos recrutados pelo Exército republicano. A deserção do negro liberto determinava a sua volta como cativo. Quando um escravo dos imperiais era capturado, podia optar entre servir ao exército rebelde ou continuar como escravo, agora de propriedade da

¹⁶ Ibidem., p. 404.

¹⁷ Ibidem., p.189.

República Rio-Grandense. Portanto, em nenhum momento houve extensão dos princípios liberais republicanos aos escravos, estes ganharam a liberdade como incentivo de pegarem em armas em uma revolução que não era sua, e nem pretendia ascendê-los em escala social. A inserção do negro na Guarda Nacional, praticamente formada pelo exército farroupilha, foi mera contingência de falta de soldados brancos.¹⁸

Existiu durante a formalização do Exército farroupilha uma classificação estamental por raça e classe social que pode ser considerada como a legitimação de um Exército discriminatório. O ministro da Guerra, José da Silva Brandão, organizou as forças armadas farroupilhas em 1838, classificando os diversos corpos de acordo com as condições sociais dos soldados. Na cavalaria, armados de clavina e espada, serviam os brancos. Índios e negros sentavam praça na cavalaria, armados de lança. A artilharia preenchia seus quadros com brancos instituídos. Na infantaria engajavam os índios e negros menos ágeis ou mais boçais, tudo de acordo com decreto governamental da República Rio-Grandense.¹⁹ Sendo assim, é notório que o governo farroupilha não almejou a abolição da escravatura, nem mesmo pretendeu suavizar as desigualdades sociais, permanecendo, dessa forma, a perpetuação deste sistema classificatório e excludente.

O enaltecimento à figura do “*gaúcho*”, uma denominação que atualmente é tomada como expressiva da totalidade dos nascidos no estado do Rio Grande do Sul, não se constituía na mesma definição do século XIX. No período farroupilha o termo *gaúcho* era pejorativo, designando os componentes de um grupo social formado por índios, negros fugidos, desertores, bandidos e vagabundos que habitavam a Campanha do Rio Grande do Sul, do Uruguai e da Argentina. Então, o que hoje se valoriza como o elemento alicerçador de nossa cultura local era durante o período da guerra farroupilha visto como inferior, marginalizado na sociedade.²⁰ Como o período histórico em que pesquisamos possuía uma sociedade alicerçada na propriedade privada da terra, os desenraizados como os gaudérios, gaúchos, vadios e malandrins não pertenciam à categoria de cidadãos, reforçando a dicotomia opressiva entre proprietários e não proprietários. Estes indivíduos nem eram os peões, capatazes e agregados da estância, pois não possuíam emprego fixo, sendo explorados com baixos salários no período da safra e da lide com o gado. Portanto, a mitificação do “*gaúcho*” pelo tradicionalismo, reforçada pela mídia e governo, dificulta o estudo do gaúcho histórico como

¹⁸ Ibidem., p. 190.

¹⁹ Ibidem., p. 174.

²⁰ Ibidem., p. 225.

ele realmente se caracterizava, mascarando as tensões sociais que existiram na Província do Rio Grande do Sul, e que foram mantidas durante a Revolução Farroupilha.

Os valores moralizadores que se imaginam estar presente no caráter e nas ações dos líderes farroupilhas têm respaldo na historiografia produzida por alguns autores. Alcides Lima, Assis Brasil, Cezimbra Jacques, Alfredo Varela e João Borges Fortes criaram e cultivaram o “mito açoriano”, onde pretenderam formar uma “nova raça” no Rio Grande do Sul, calcada nas influências portuguesas. Tal genética dispunha de valores superiores, permeada pelos princípios morais de ordem, amor pela liberdade, culto à honradez, caráter forte, destemor e respeito pela verdade.²¹ A construção deste perfil excluiu as outras etnias que ajudaram a formar a diversidade multi-étnica do sul-rio-grandense, regradada pela intensa mestiçagem. Os povos indígenas, negros, espanhóis, platinos e posteriormente itálos e germânicos estiveram presentes na constituição cultural e antropológica do habitante do Rio Grande do Sul, além de inúmeras outras etnias, caracterizando a sua complexidade genética. Portanto, é questionável a aceitação de um “mito fundante” discriminador como legítimo representante da conformação sócio-cultural sul-riograndense, onde manipula-se o imaginário para atender a interesses contemporâneos geralmente identificados pela história como farsa, arquitetando perfis históricos impassíveis de deslizes ético-morais por enquadrarem-se em um arquétipo ideologizado.

Walter Spalding constitui-se em um dos historiadores tradicionais que enfocaram a Revolução Farroupilha como uma luta pela liberdade e pelo nativismo.²² Ao lado dele podemos enumerar, outros historiadores como Dante de Laytano, Olyntho Sanmartin, Souza Docca e Assis Brasil.²³ Estes estudiosos superaram a idéia de que o movimento teve como finalidade a constituição de uma República, ressaltando o desejo de nacionalização que a região possuía, pois a proclamação da Independência do Brasil havia acontecido há poucos anos e os habitantes da Província não desejavam ser vistos como estrangeiros ou separatistas. Esta prerrogativa pode servir de exemplo do porquê grande parte da população não aderiu ao levante revolucionário, justamente pelo receio de serem vistos como desagregadores do sistema político que a nação brasileira recém inicializava. Entretanto, estes historiadores colocam os líderes farroupilhas dotados deste sentimento patriótico nacionalista, quando na verdade a causa do descontentamento era primordialmente econômica. Sendo assim, a

²¹ FLORES, Moacyr. **República Rio-Grandense**: realidade e utopia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

²² SPALDING, Walter. **A Revolução Farroupilha**: história popular do grande decênio, seguido das efemérides principais de 1835-1845, fartamente documentadas. São Paulo: Editora Nacional; [Brasília]: INL, 1980.

²³ FLORES, Moacyr. **Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984. p. 44.

rebelião não obtinha uma visão política ideológica tão definida, lembrando que ela não estava guarnecida com somente uma visão política, prevalecendo as reivindicações econômicas pessoais dos estancieiros como motivadoras da sua deflagração. Como comprovação desta afirmação, podemos lembrar que os comandantes do conflito obtiveram todos os gastos com o governo temporário de nove anos ressarcidos através de acordo com o Império. E este ponto era essencial para que a “paz” se concretizasse e os confrontos bélicos cessassem.

Apesar do livro de Jorge Telles estar dentro das abordagens mais recentes acerca da Revolução Farroupilha, nota-se uma certa inclinação e simpatia pela causa rebelde farrapa, posição esta que já se encontra definida na escolha do título. Basicamente, sua obra limita-se a narrar os acontecimentos de forma cronológica, destacando os principais percursos dos combates militares desde a explosão armada de 20 de abril de 1835 até o cessar fogo de 1845 em vista da “Paz de Ponche Verde”.²⁴ A obra de Telles insere-se no campo historiográfico em que prefere dotar o fenômeno histórico em torno de uma causa justa, incorporando no centro do país, isto é, o Império do Brasil, localizado no Rio de Janeiro, um fator opressor e tirânico. Tal estudo acaba por repetir generalizações antigas, idealizadoras da Revolução Farroupilha, que já estão sendo superadas por historiadores mais recentes. Sua análise conforma-se em uma visão simplificadora do movimento, negligenciando elementos que trariam a complexidade em que ele é constituído.

A figura humana lembrada como maior expoente da Revolução Farroupilha repousa sobre o nome de Bento Gonçalves da Silva. Este iniciou sua vida como tropeiro, voluntário do exército de D. Diogo, comandante da fronteira de Jaguarão, chegando após alguns anos ao posto de coronel no exército Imperial e comandante geral da Guarda Nacional. Era casado com Dona Caetana Garcia, filha de Narciso Garcia, natural de Espanha e um dos maiores contrabandistas de gado na fronteira. Bento descendia de uma poderosa família, pois seu pai, Joaquim Gonçalves da Silva, foi vereador em Porto Alegre e comandante da milícia, configurando-se na segunda autoridade militar no Rio Grande do Sul. Com a concretização do movimento farroupilha em 1835, Bento Gonçalves transformou-se no chefe militar e político de maior poder. Ocupou a presidência efetiva da República Rio-Grandense de 1839 a 1843. Seu mandato foi marcado por inúmeros conflitos entre a maioria monarquista, a qual ele pertencia, e a minoria republicana, além do seu estranhamento com a realização dos trabalhos da Assembléia Constituinte. Sua saída da presidência, em agosto de 1843, também se deveu

²⁴ TELLES, Jorge. **Farrapos a guerra que perdemos**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2002.

ao assassinato de um de seus vices, Paulino da Fontoura, o qual a oposição atribuiu ao seu mando.

Os integrantes do levante armado de 1835, o qual durou 10 anos, defendiam os preceitos do liberalismo. A ótica liberal do século XIX consistia no fortalecimento do poder legislativo e no combate às idéias centralizadoras do absolutismo, no caso, concentradas no poder executivo, exercido pelo Império do Brasil. Entretanto, liberalismo não era sinônimo de “República”. As idéias liberais poderiam vigorar em uma monarquia constitucionalista. Esta era a posição da maioria dos chefes militares. A alavanca propulsora da revolução foi o desejo por mudanças políticas, ou seja, maior autonomia no âmbito regional da Província, e a conservação das estruturas sociais e econômicas. O uso do termo farroupilha, expressão utilizada no século XIX no Brasil, que geralmente identificava os liberais exaltados, não significa que a revolução fora realizada pelo povo; seu uso teve como objetivo atrair as massas, pois os liberais, coerentes com sua doutrina, não pretendiam dar ao povo nenhuma participação no governo.²⁵

Defendendo a supremacia do poder legislativo, conforme os preceitos liberais que nortearam a revolução, um grupo dos farroupilhas, os republicanos, exigia a instalação da Assembléia Constituinte e Legislativa. Desejavam que o presidente da República Rio-Grandense, Bento Gonçalves, perdesse seus poderes discricionários, justificados pelo estado de guerra. No entanto, Bento assumiu uma postura anti-liberal, beirando à ditadura do executivo, ao protelar ao máximo a abertura da Assembléia Constituinte. Sua atitude autoritária levou Tristão de Alencar Araripe a condicionar o governo da República Rio-Grandense como ditadura militar, argumentando que em seu funcionamento nunca houve comícios para eleger seus magistrados, apenas um simulacro de constituinte.²⁶ O historiador sul-rio-grandense Moacyr Flores constatou que muitos sulistas liberais escolheram a monarquia constitucional como forma de governo por medo de que o movimento revolucionário degenerasse em caudilhismo ou em ditadura militar.

Eric Hobsbawm constata que muitas vezes o critério de produção de historiografia acaba sendo a “história que é boa para nós”- “nosso país”, “nossa causa”, ou simplesmente “nossa satisfação emocional”.²⁷ No caso do Estado sul-rio-grandense configura-se a versão do

²⁵ FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**: as idéias políticas da revolução farroupilha. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1978. p. 24.

²⁶ Ibidem., p. 117

²⁷ HOBBSAWM, Eric. **Sobre História** / Eric Hobsbawm; tradução Cid Knipel Moreira. _ São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 285.

“nosso Estado”, “nossa gente”, “nossa tradição” e “nosso orgulho”. Esta conformação acaba criando uma espécie de discriminação contra aqueles que não concordam com a doutrina aculturadora do MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho), transformando-os em cidadãos de segunda ordem. Este sentimento de intolerância com o outro, exercitado pela arrogância dos tradicionalistas, joga um estigma contra o povo do Rio Grande do Sul como se ele estivesse motivado unicamente pela propagação de uma cultura pretensiosa em substituição às demais manifestações culturais. Tal postura propicia o aparecimento de campanhas populares cada vez mais freqüentes em outros Estados da federação de “Fora gaúchos”.²⁸

Sendo assim, o tradicionalismo e a imprensa consagram constantemente através de calendários comemorativos, desfiles na Semana Farroupilha, invernadas artísticas nas escolas e programas culturais direcionados uma ilusão a respeito do passado do Estado do Rio Grande do Sul. Dessa forma, impossibilitam a sociedade de conhecer sua história de riqueza e complexidade. Nesse sentido, a manipulação da história atinge a um patamar de proporções assustadoras, onde o mito assume o lugar do conhecimento histórico, colocando-o como verdade inquestionável e impassível de crítica. A “representação” toma o lugar da realidade.

²⁸ Manifesto contra o Tradicionalismo.

2º CAPÍTULO: HISTORIOGRAFIA IMBUÍDA DE ELEMENTOS COMPROVADORES DA CISÃO FARROUPILHA

Há inúmeros historiadores especialistas no evento histórico da Revolução Farroupilha que demonstram evidências a respeito da existência de divergências entre os líderes do movimento armado. Apoiando-se em farta documentação, estes estudiosos lançam elementos comprovadores para a afirmação de que a cisão farroupilha constituiu-se em realidade. Suas obras bibliográficas contêm indícios que possibilitam a confirmação da problemática desta pesquisa, enumerando diversos exemplos verificáveis de que a maioria dos líderes farrapos divergia irreconciliavelmente, assumindo muitas vezes uma posição inimiga frente a outros comandantes.

Segundo Moacyr Flores, persistiu durante a República Rio-Grandense o confronto entre o absolutismo e o liberalismo, através das atitudes de Bento Gonçalves da Silva e do movimento oposicionista de deputados na Assembléia Constituinte e Legislativa.²⁹

Durante o ano de 1839, o vice-presidente, José Mariano de Matos convocou de imediato a reunião do Conselho de Procuradores Gerais dos Municípios, aproveitando a ausência do presidente Bento Gonçalves da Silva, que se encontrava em viagem a Paisandu, Uruguai, em encontro com Frutuoso Rivera. Tal atitude reforça a assertiva de que Bento não pretendia abrir mão de seus poderes, protelando ao máximo a reunião do Conselho de Procuradores. E como tal não permitir que os deputados constituintes exercessem sua função legislativa na sua totalidade. A 1ª sessão do Conselho aprovou a imediata instalação da Assembléia Legislativa para início de 1840, que teve vida efêmera, com o funcionamento de apenas três sessões, realizadas no município de Alegrete. Devido a boatos de conspiração contra o presidente da República, surge na Assembléia, o projeto de suspensão das garantias

²⁹ FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**: as idéias políticas da revolução farroupilha. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1978.

individuais, o qual permitia que Bento Gonçalves continuasse governando de maneira absoluta, sem dividir o poder com o legislativo.

Nutrido pelo medo da conspiração política do legislativo, Bento demitiu seu Ministro da Fazenda e da Guerra, Manuel Lucas de Oliveira, acusando-o de pretender ocupar o cargo de presidente. Ofendeu o padre Francisco das Chagas Martins Ávila e Souza (vigário apostólico da República Rio-Grandense) e o tenente-coronel Felisberto Machado de Carvalho Ourique. Na onda de ataques e represálias, impôs censura prévia, contrariando a própria Constituição que ajudou a formular, demitiu funcionários e oficiais sem especificar os motivos, promulgou leis de confiscações de bens, prometeu dar recompensas a denunciante, e por fim decretou pena de morte sem precisar os crimes.³⁰

Como último ato de um verdadeiro monarca, Bento Gonçalves promulgou lei que restringiu a Assembléia como simples executora de sua vontade soberana enquanto chefe de Estado. A oposição reagiu elaborando um Manifesto, em 18 de fevereiro de 1843, o qual tinha por objetivo incriminar o presidente da República e defender o patriotismo da minoria. Entendia que como o presidente comportava-se como um verdadeiro tirano, deveria romper o contrato social entre governantes e governados, de acordo com os preceitos difundidos pelo liberalismo. A oposição se utilizou também do Manifesto para atribuir a Bento Gonçalves uma impopularidade no Exército:

Não é de agora que uma opinião fortíssima se tem declarado contra o Presidente da República. A maioria do nosso exército o considera um general que trazia a desgraça apar de si; e convém confessar com sinceridade, que ou fossem efeitos dos caprichos da volúvel fortuna, ou meramente um resultado natural das disposições do mesmo general, a infelicidade acompanhou sempre estes senhores e marcou todos os seus passos e operações como comandante em chefe do exército, excetuando unicamente as batalhas de Setembrina, a retirada sobre o Gravataí e a ação sobre o Arroio dos Ratos.³¹

O duelo de Onofre Pires e Bento Gonçalves também serve de comprovação para a afirmação da cizânia existente entre os chefes do movimento farrapo. A luta entre os dois teve como motivo uma carta de Onofre a Bento, acusando-o de ladrão de honra e ladrão da pátria.³² O duelo teve como resultado um ferimento no braço de Onofre, que culminou em sua morte momentos depois no acampamento farroupilha.

³⁰ Ibidem. p. 165.

³¹ Ibidem. p.167.

³² Ibidem. p. 167.

Moacyr Flores conclui que a Revolução Farroupilha insere-se no contexto das revoluções brasileiras que procuraram impor o ideário liberal, ou seja, maior autonomia ao poder legislativo a fim de evitar a ditadura do executivo. No entanto, detectou que Bento Gonçalves da Silva atrapalhou o objetivo da insurreição ao assumir uma postura anti-liberal ao assumir a presidência, deixando de convocar e permitir que a Assembléia Constituinte e Legislativa exercesse sua função.

Escrito de maneira mais didática e simples como forma de cativar os leitores mais leigos, Moacyr Flores tem no seu currículo bibliográfico, *Revolução Farroupilha*, onde encontramos outra análise importante acerca do movimento. Flores aborda aspectos geográficos que formavam a Província naquele período do século XIX, caracterizando as peculiaridades sociais e econômicas dos 14 municípios que a constituíam, sendo que os mais importantes eram Porto Alegre, Rio Pardo, Pelotas e Rio Grande. Ressalta o charque como principal produto de comercialização e exportação da região, além de constatar que as concessões ao café brasileiro produzido nas regiões de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro eram prejudiciais ao mercado interno realizado pelos sul-rio-grandenses. Critica a importação de artigos dos Estados Unidos realizada pelo Império como uma forma desinteressada de constituir um mercado interno eficiente no país.³³

As relações internacionais da Província com os países platinos também são abordadas por Moacyr Flores. Compreende a relação de Bento Gonçalves e o caudilho Juan Lavalleja como uma política de companheirismo. Insere a Revolução farroupilha como um movimento liberal que pretendia a liberdade garantida pelas leis, a federação compreendida como uma autonomia da Província e do município. Além disso, o movimento só foi classificado como “revolução” porque, de acordo com o conceito liberal da época, houve uma mudança na forma de governo. Pela primeira vez no país, instituiu-se de fato um governo republicano, de 1836 a 1845, abrangendo partes da Província do Rio Grande do Sul, Lages e Laguna em Santa Catarina. Entretanto, o governo farroupilha jamais foi reconhecido pelo Império do Brasil, sempre existindo, durante os anos de confronto militar, o governo oficial da Província, considerado legalmente o único, dominando as principais cidades da região e a maior parte do território sulino.

A autonomia provincial exigida pelos artífices do movimento pode ser destacada como um dos fatores que desencadeavam desentendimentos. Os cargos públicos e governamentais eram motivos de discórdia, já que cada um pretendia abocanhar a maior parte para proveito

³³ FLORES, Moacyr. **Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

próprio e de seus apadrinhados. A igualdade arduamente defendida pelos seus líderes seria conferida apenas no sentido do corpo de leis, onde a garantia de liberdade e respeito era conquistada no plano da propriedade privada da terra. Sendo assim, Flores conclui que a Revolução Farroupilha parecia tratar-se de uma causa essencialmente reivindicatória.

Uma das mais recentes produções bibliográficas de Moacyr Flores é *República Rio-Grandense: realidade e utopia*, lançado em 2002.³⁴ Nela, Moacyr trabalha com diversos aspectos da sociedade sul-rio-grandense, inseridos no panorama político e social da República Rio-Grandense, instituída pelo governo farroupilha de 1836 a 1845. Percebe-se em sua análise o estudo sucessivo entre as relações entre o tempo histórico, de média e curta duração, com o tempo geográfico de longa duração, estabelecendo as estruturas da sociedade rural e urbana, as funções familiares e de compadrio, a economia escravista e de trabalho livre. Como fator de relevância para o desenvolvimento deste trabalho, Moacyr aborda as contradições políticas dos revolucionários farroupilhas, desencadeadas também por elementos de ordem pessoal.

Segundo Moacyr Flores a Revolução Farroupilha iniciou em 20 de setembro de 1835 com a união de diferentes correntes liberais, em torno do comandante da Guarda Nacional, cel. Bento Gonçalves. A proclamação da República proveio da corrente exaltada ou farroupilha, a qual entregou a presidência a Bento Gonçalves com o intuito de conservar o poder militar, todavia acabou perdendo a direção da guerra para a corrente mais moderada, da qual Bento era um dos líderes. Como tentativa de retomar seu poder, a corrente farroupilha, em 1842, utilizou-se da Assembléia Legislativa, elegendo seu presidente e convocando novas eleições para presidência da República. Porém, já explicitamos que Bento Gonçalves dificultou o funcionamento do poder legislativo, tomando uma série de medidas restritivas para a sua efetivação, como principal delas, a suspensão das garantias individuais, inclusive para os deputados da Assembléia. As pressões sofridas pela Assembléia constituinte foram retratadas por artigo no jornal *Estrela do Sul*, onde houve protesto contra o despotismo de Bento Gonçalves: “deixa de existir o equilíbrio dos poderes desde que o supremo magistrado de uma nação é inviolável e não tem responsabilidade, ninguém ignora que faltando a esse equilíbrio, segue-se imediatamente o despotismo”.³⁵

Padre Chagas, David Canabarro, Santa Bárbara e Paulino da Fontoura formavam o partido de oposição ao governo. Mais tarde, quando Antônio Vicente da Fontoura caiu do

³⁴ FLORES, Moacyr. **República Rio-Grandense: realidade e utopia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

³⁵ *Ibidem*. p. 433.

Ministério da Fazenda, juntou-se à oposição, ao lado de seu irmão Paulino da Fontoura. Domingos José de Almeida protestou contra Vicente da Fontoura, chamando-o de “perverso vendido ao governo do Brasil, já deixou de envergonhar a República, descendo do ministério que manchou e de onde promovia o enterro da causa rio-grandense, a tanto custo sustentada desde 1835”.³⁶

Os deputados constituintes da oposição responsabilizavam os chefes militares pelos despotismos e vexações que oprimiam o povo, além de se negar a discutir e votar o projeto que concedia poderes discricionários ao presidente. Enquanto isso, os deputados fiéis ao presidente Bento Gonçalves burlavam o regimento da Assembléia, mesmo quando não havia número suficiente para quorum. O projeto de suspensão das garantias foi aprovado graças ao comparecimento dos suplentes, pois os deputados opositores não participaram da sessão. A situação de tensão entre governistas e opositores chegou ao seu ápice quando houve coação por ameaça ou violência. O estacionamento de tropas militares subordinadas a Bento Gonçalves em frente ao prédio da Assembléia, em dezembro de 1842, constituiu-se em uma forma de intimidação. O atropelamento por cavalos aos deputados da oposição quando *chimarreavam* no pátio de uma casa foi outra forma do uso da violência. As intrigas intensificaram-se ao ponto de, na noite de 3-2-1843, um grupo mascarado atacar o deputado e vice-presidente da República Paulino da Fontoura na porta da sua casa. Durante a agonia de Paulino, poucos dias antes de sua morte, a banda do Exército chegou a tocar músicas alegres em frente à sua casa. Tal manifestação pouco convencional dava idéia da tamanha discórdia que os farroupilhas haviam chegado. A intriga política chegou ao clímax com o duelo de Onofre Pires e Bento Gonçalves, em 27-2-1844. A morte de Onofre Pires tumultuou ainda mais as relações entre os líderes, que passaram a agir isoladamente, apesar do comando geral de David Canabarro.³⁷

A menção ao contrabando como ação existente da República Rio-Grandense é explorado por Moacyr. Seu comércio com Montevideu foi considerado contrabando por Guilhermino César, o qual prejudicou a arrecadação com o Império do Brasil. Antes mesmo da eclosão do conflito farroupilha, Bento Gonçalves já havia sido acusado de contrabandear gado do Uruguai, e durante a sua permanência como presidente da República Rio-Grandense foi muitas vezes conivente com esta ilegalidade em favor de seus amigos. João Raimundo em 16-6-1839 ao conduzir tropa de bestas para São Paulo pediu prazo para o pagamento dos

³⁶ Ibidem., p. 425.

³⁷ Ibidem., p. 435.

impostos de exportação, o que foi atendido por Bento, intercedendo pelo amigo em carta ao ministro da Fazenda. Em 1-10-1839 também interferiu por Paulino Aires de Aguirre, pedindo maior prazo para o pagamento do imposto de exportação. Estas e outras situações foram executadas por oficiais e funcionários, colocando o contrabando como uma conivência nas operações comerciais dos dirigentes farroupilhas.

Intrigas e acusações de corrupção entre os integrantes do governo ocasionaram a demissão do Ministro da Fazenda, Interior e Guerra, Domingos José de Almeida, em novembro de 1841, um dos principais mentores do governo republicano. A oposição o acusou de enriquecer ilicitamente, desviando gado para uma estância de sua propriedade da Banda Oriental, e de que a dívida do Estado com o comerciante uruguaio Victorica era apenas de 900 mil réis e não de 5 milhões de réis, como Almeida dizia, alegando ser fiador com 17 escravos de sua propriedade junto ao comerciante. Antônio Vicente da Fontoura assumiu o Ministério no lugar de Almeida em janeiro de 1842, promovendo o exame da contabilidade dos cofres republicanos. Após a nomeação de Fontoura, Almeida enviou cartas a diversos comerciantes, destacando a sua “incapacidade”, jogando-lhe a culpa pela crise da República, além de cobrar os empréstimos que o governo lhe devia. Fontoura, por outro lado, negava-se a pagar o montante que Almeida exigia, acusando-o de complicar suas contas para ocultar as irregularidades que havia cometido.³⁸ Por fim, só houve acordo após o término da Revolução, onde Almeida teve parte de sua dívida reconhecida pela Comissão de Indenização, tendo que arcar com a outra parte no pagamento a seus credores, desfazendo-se de seus últimos escravos.

Apesar de condenar a corrupção e o autoritarismo do Império do Brasil, paradoxalmente os líderes farroupilhas favoreceram amigos, parentes e compadres na realização de seus anseios econômicos, inclusive em contratos de estâncias tomadas dos inimigos imperiais, prejudicando a credibilidade da governabilidade da República Rio-Grandense. Dentro da utopia revolucionária, a república é apresentada como uma nova nação com igualdade, fraternidade e humanidade, todavia, para Moacyr Flores não houve *igualdade* porque a República Rio-Grandense não libertou os cativos em geral, apenas os capturados do inimigo e que optaram por lutar como soldados republicanos. Também não atingiu a *fraternidade* porque o Exército revolucionário armava três acampamentos, um para os

³⁸ Ibidem., p. 418.

brancos, outro para os índios e um terceiro para os negros. Em relação à *humanidade*, ela não pode existir em um sistema revolucionário.³⁹

A produção historiográfica de Spencer Lewis Leitman, *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*⁴⁰ é um dos estudos mais completos e abrangentes acerca do movimento farroupilha. Sua abordagem percorre por um contexto que tem a preocupação de abarcar as relações internacionais da Província, principalmente entre os países platinos. Além de elencar vários elementos da situação econômica sul-rio-grandense, chegando ao eixo de sua explicação como uma causa reivindicatória por parte da elite farrapa descontente. O descontentamento sul-rio-grandense firmava-se primeiramente em queixas econômicas. Seus produtos pecuários, em competição direta com Montevideú e Buenos Aires pelo controle do charque brasileiro, eram vítimas de uma legislação discriminatória. A independência uruguaia em 1828 e o desinteresse do Rio de Janeiro pela situação econômica dos proprietários sul-rio-grandenses, foram fatores que reduziram o fluxo bovino diminuindo os lucros e retardando a expansão da indústria pecuária.

Spencer desmistifica o republicanismo farrapo, visto como separatista e radical, tendo como propósito afirmar que a causa tratava-se da reivindicação de uma autonomia em prol da classe dominante. Um aspecto interessante em sua obra revela-se no estrategismo militar, utilizado pelos generais, explicitando o raciocínio de quais regiões seriam o ponto-chave para a sua tomada, como também aponta erros graves de planejamento de guerra, principalmente de Bento Gonçalves. Lembremos que a falta de tino militar de Bento Gonçalves foi explorada pela sua oposição com o intuito de desgastar sua imagem e também como retaliação à sua linha dura no andamento do processo legislativo da República Rio-Grandense. Na concepção de Spencer a guerra também serviria como um instrumento de obtenção de riqueza e poder para os comandantes de seu planejamento, porém tal riqueza não viria para a modificação do sistema econômico-social da maioria da população. Por essa razão, Leitman acredita que a formalização de um governo em separado do oficialmente legalizado serviu para a legitimação dos negócios particulares da elite sul-rio-grandense. Esta observação vem ao encontro da questão caudilhesca dos generais militares constatada por Spencer, a qual contribuiu para os conflitos internos na medida em que se preocupavam primeiramente na satisfação de seus interesses pessoais, e para isso, controlavam seus seguidores fiéis, ocasionando choque de opiniões e desejos.

³⁹ Ibidem., p. 327.

⁴⁰ LEITMAN, Spencer Lewis. **Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos**: um capítulo da história do Brasil no século XIX. Tradução de Sarita Linhares Barsted. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Os planos estratégicos do Barão de Caxias também são percebidos em sua pesquisa, a qual nota que a interceptação do gado dos farrapos na comercialização com Laguna e a recolocação dos escravos longe das áreas rebeldes provocou abalo na economia da República Rio-Grandense, devido ao declínio da pecuária e a falta de mão-de-obra e de novos recrutas. Com isso, notamos que enquanto houve gado suficiente na região da Campanha, as lutas entre as elites farroupilhas foram mínimas, pois os principais líderes do movimento puderam utilizar o aparato político-militar do seu governo para promover seus objetivos econômicos. Como também manipular os recursos econômicos, distribuindo-os entre si, a fim de evitar as tensões em potencial. Sendo assim, no período de 1841 a 1845, aumentou o conflito entre as elites dos farrapos, devido ao declínio da pecuária na Campanha. Spencer Leitman, por fim, constatou que no governo farroupilha grassava a discórdia política, nos seus anos finais, e que Caxias estava a par de tudo o que se passava entre eles, e que, através de intrigas, conseguiu ganhar terreno, explorando eficientemente estas divergências, com o fito de apressar o fim da guerra.⁴¹

Sandra Pesavento, em sua obra, *A Revolução Farroupilha*, interpreta a tendência idealista da historiografia regional na construção do mito que se transformou em um dos acontecimentos mais festejados do Rio Grande do Sul. A ótica desse discurso historicista está marcada pelo marco teórico-metodológico positivista, com a finalidade de legitimação da dominação e hegemonia do grupo agropecuarista da sociedade civil. Compreendemos que os elaboradores desta ideologia mitificada conformaram uma visão distorcida a respeito da Revolução Farroupilha e que deixou de fora da historiografia sulina vários aspectos importantes da análise deste conflito. Um dos aspectos foi a existência da cisão entre os líderes farroupilhas, a qual foi silenciada na omissão de vários acontecimentos que a comprovam.

A idéia principal da pesquisa de Sandra é compreender e explicitar a dicotomia entre os senhores de terras gaúchos e sua conflituosa relação com a oligarquia central do país, concentrada na Corte do Rio de Janeiro. Chega à configuração da economia sul-rio-grandense apontando seu perfil definido como uma economia mercantilizada e fornecedora do mercado interno brasileiro. Define que a região caracterizou-se por possuir uma sociedade militarizada em função das lutas constantes com os castelhanos, além de servir como caminho de acesso ao contrabando do Prata, por onde escoavam as riquezas de Potosí. Então, no início do século XVIII, o Rio Grande do Sul apresentava-se dotado de um atrativo econômico (os rebanhos de

⁴¹ Ibidem., p. 45.

gado) e uma função político militar estratégica (a preservação do contrabando no Prata). Esse cenário de batalhas promoveu um recrutamento constante e generalizou o sentido de hierarquia e disciplina, bem como militarizou os hábitos e fez do autoritarismo uma prática constante.⁴²

O livro *História; ensino e pesquisa* publicado em 1985 teve como intenção provocar um debate a respeito da Revolução Farroupilha. Escolhemos o artigo da professora Helga Piccolo para elucidar questões importantes que muitas vezes não foram tratadas com o devido cuidado por inúmeros historiadores. A expressão “revolução” como denominação do movimento armado de 1835 a 1845 é contestada por Helga, pois não houve intenção de mudança nas estruturas do sistema vigente, sendo mais viável “guerra civil”. A suposta separação do Brasil com a Proclamação da República, em 11 de setembro de 1836, teve caráter estratégico, não sendo essa a finalidade do movimento, elucidada Helga. Do contrário, a intenção separatista já se expressaria um ano antes quando o conflito havia iniciado. Muitas vezes dota-se o conflito farroupilha como defensor da causa abolicionista, porém, na opinião de Helga, a alusão à libertação de escravos se explica pela necessidade de aumentar as tropas, sendo que os negros eram tratados com discriminação dentro da hierarquia militar, proibidos de utilizar armas de fogo e cavalos. Além disso, houve polêmica na libertação dos escravos que serviram à causa farrapa após o acordo de Ponche Verde em 1845, já que os donos desses escravos exigiram o seu retorno por não acreditarem na legitimidade do governo farroupilha. A questão foi resolvida com a emissão destes escravos para o Rio de Janeiro, onde realizavam o pior tipo de trabalho forçado nas galés.⁴³

A ligação dos chefes farroupilhas com os caudilhos uruguaios também foi priorizado por Helga Piccolo. Essas ligações constituíram-se em estratégias políticas sob a forma de alianças, isso é claro, pois seria interessante pensar na possibilidade do Uruguai estar interessado na separação do Rio Grande do Sul para facilitar o domínio do mercado brasileiro de charque. Essa colocação é relevante na medida em que lembramos as taxas tarifárias do governo central embutida no gado, o que acabava beneficiando as mercadorias estrangeiras, então o Uruguai poderia reinar absoluto na comercialização do charque. Esse relacionamento dos sul-rio-grandenses com os uruguaios tinha caráter diferenciado para cada caudilho, o qual sustentava uma opinião diferente a respeito do país vizinho. Cabe pensar então que ocorriam

⁴² PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Farroupilha**. Coleção Tudo é História. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

⁴³ PICCOLO, Helga. Palestra. **História; ensino e pesquisa**. V. 1-, n. 1-, 1985- Porto Alegre, Sulina. 118p. 21 cm.

desentendimentos entre as regiões vizinhas, gerando desavenças entre os líderes do bloco farroupilha, entre aqueles que eram favoráveis ao relacionamento com o Uruguai e aqueles que não o viam com bons olhos.

Tau Golin aborda claramente as dissensões farroupilhas em *A Tradicionalidade na cultura e na história do Rio Grande do Sul*. No último capítulo deste texto, intitulado “Lutas entre as facções farroupilhas”, ele detém-se no processo de ruptura entre os farroupilhas, na baixa capacitação política, nos desejos particulares vigorantes sobre os da revolução, na reduzida representação numérica da guerra e na traição de Bento Gonçalves da Silva após deixar a presidência da República Rio-Grandense, desconhecendo a legitimidade da representação governamental que ajudou a criar.⁴⁴

O número máximo a que o Exército farroupilha havia chegado aproximava-se em torno de 3.000 homens, nunca ultrapassando em período algum da rebelião a quantia das fileiras imperiais. Podemos considerar que este número de almas não poderia condizer com um levante representativamente significativo da maioria da população, sendo que ela era formada naquele período por 160.000 habitantes, e ainda sendo superada pelas tropas legalistas. Acrescentando ainda que este coeficiente foi definhando ao longo da guerra civil, pelas mortes, baixas e deserções, não suportando nos seus anos finais o Exército imperial do Barão de Caxias, composto com aproximadamente 12.000 homens.⁴⁵

Tau Golin propõe um combate à fabulosa edificação cultural e ideológica feita sobre a história sul-rio-grandense, a qual demonstra cada vez mais uma capacidade de reprodução impressionante. O autor finaliza propondo a desconstituição da tradicionalidade que envolveu este fenômeno histórico ao longo dos anos, reforçada por historiadores e meios de comunicação, e a necessidade de se continuar investigando acerca da Revolução Farroupilha, atitude muito mais digna de ilustração e saber do que comemorações cívicas carentes de maiores compreensões.

⁴⁴ GOLIN, Tau. **A Tradicionalidade na cultura e na história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1989.

⁴⁵ FLORES, Moacyr. **República Rio-Grandense: realidade e utopia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

3º CAPÍTULO: ANÁLISE DOS CONFLITOS APOIADA NA DOCUMENTAÇÃO DO BARÃO DE CAXIAS

O processo de divergências entre as lideranças farroupilhas atingiu o seu ápice com o assassinato do vice-presidente Paulino da Fontoura.⁴⁶ Paulino era representante da bancada minoritária e a oposição atribuiu sua morte a Bento Gonçalves. A partir deste incidente, juntamente com denúncias de arbitrariedade e corrupção, Bento renunciou à presidência da República Rio-Grandense em agosto de 1843.

Em 1842, Luís Alves de Lima e Silva, o Barão de Caxias, foi encarregado de pacificar a Província e derrotar o movimento liberal farroupilha. Caxias imediatamente, percebeu o clima de divergências entre os líderes do frágil governo farrapo. Dessa forma, estabeleceu um dos pontos de sua estratégia para destruir com a insurreição rebelde, utilizar o próprio elemento de instabilidade entre os chefes, armando uma constante campanha de acusações e difamações, com o objetivo de fomentar ainda mais as dissensões internas entre eles.

Bento Manuel Ribeiro constituía-se em um dos chefes farroupilhas mais imprevisíveis, tendo mudado de lado por diversas vezes durante a guerra. Nascido em 1783, na cidade de Sorocaba, onde se realizava a feira de mulas, veio com seu pai para o Rio Grande do Sul aos cinco anos de idade. No final do século XVIII alistou-se como soldado no regimento da milícia de Rio Pardo e, em 1823, atingiu o posto de coronel. Como recompensa por seus feitos militares recebeu grandes extensões de terra na região de Alegrete.⁴⁷ A sua flexibilidade na Revolução Farroupilha pode ser compreendida como evidenciadora da linha tênue que separava os lados opostos do conflito, os quais diversas vezes procuraram conciliar-se. Além disso, comprova que a facção farrapa não se demonstrava perfeitamente coesa, ocorrendo por

⁴⁶ GOLIN, Tau. **A Tradicionalidade na cultura e na história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1989. p. 84.

⁴⁷ LEITMAN, Spencer Lewis. **Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos**: um capítulo da história do Brasil no século XIX. Tradução de Sarita Linhares Barsted. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 155.

diversas vezes falta de parceria entre os camaradas do movimento, normalmente ocorrida pela insatisfação no campo pessoal. No caso de Bento Manuel, suas ações políticas estavam mais diretamente ligadas às terras para seu gado do que com suas tendências políticas.

Na deposição do governo da Província em 1835, o apoio de Bento Manuel foi crucial, pois era um chefe militar muito conceituado entre os habitantes da zona da fronteira de Alegrete, admirado em toda a Província por seu estilo frio e calculista.⁴⁸ Todavia, considerava que a deposição de Braga e a nomeação de outro presidente eram suficientes para a satisfação dos propósitos liberais, ou seja, o rompimento do contrato entre governante e governados. Por isso, quando José de Araújo Ribeiro assumiu o cargo, Bento Manuel passou para o lado dos imperiais. Porém, em 1837, durante a gestão de Antero José de Brito como presidente da Província ocorreu demissões de funcionários públicos apadrinhados de Bento Manuel Ribeiro. Em vista disso, Bento resolveu prender Antero de Brito quando este se dirigia de Porto Alegre a Caçapava a fim de reunir as forças imperiais, marcando dessa forma o seu regresso à facção farroupilha. Todavia, em 1839, a nomeação do baiano Francisco José da Rocha ao posto de tenente coronel comandante do 2º Batalhão de Caçadores do Exército republicano é desaprovada por Bento Manuel, que mais uma vez troca de lado e passa para os imperiais definitivamente.

A incorporação de Bento Manuel Ribeiro provocou desagrado entre alguns imperiais, inclusive do próprio Imperador, porém Caxias seguiu com rigor seu propósito de anistiar a todos o que desistissem da causa rebelde, e ter as tropas de Ribeiro nas hostes militares enriqueceria muito o poder bélico legalista. Observamos este comportamento através de ofício do Barão de Caxias ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Salvador José Maciel:

Quando fui nomeado Presidente desta Provincia, e Commandante em Cheffe do Exercito nella em operações tive ordem expressa do Governo de S. M. O Imperador para não empregar em commando de força Legal ao Brigadeiro Bento Manoel Ribeiro, e tendo dividido o Exercito em Divisões não o comtemplei em nenhuma dellas, declarando em ordem do Dia que o Dito Brigadeiro ficava pertencendo ao Estado Maior do Exercito; e me constando que elle se chocará por isso, rogo a V.Ex^a haja de declarar-me se posso ou não emprega-lo em commandos ao mesmo Brigadeiro, e confiar délle forças isoladas do grosso do Exercito Devo declarar a V.Ex^a que grande indisposição existia da parte dos cheffes das Cavallarias contra o

⁴⁸ Ibidem., p. 28.

mesmo Brigadeiro, mas essas indisposições, vão acalmando em alguns com as maneiras persuasivas que tenho empregado.⁴⁹

No ofício do Barão de Caxias ao Ministro de guerra Salvador José Maciel, enviado no dia 23 de junho de 1843, contendo informações sobre o combate travado no dia 8 de junho contra os rebeldes farroupilhas, existe informações que confirmam o estado de desunião dos líderes do movimento rebelde. A operação militar se deu na costa do arroio de Santa Maria Chica, entre o tenente coronel das forças legalistas Francisco Pedro d'Abreo, liderando 130 praças do 5º Corpo de Cavalaria e 56 do 6º, contra 500 farroupilhas liderados por João Antônio, Portinho e Ismael. Entre o apresamento de 140 cavalos do inimigo, Francisco Pedro d'Abreo também encontrou a correspondência de João Antônio, a qual continha teor comprovador das divergências entre os comandantes da República Rio-Grandense. Caxias após a narração do confronto militar, explicitou ao Ministro da guerra que a correspondência de João Antônio demonstrava claramente que os seus “partidistas políticos; a qual mostra exuberantemente o estado de desmoralização e intriga que há entre eles”.⁵⁰

A notícia de que o comandante farroupilha Antônio de Souza Netto fora destituído do posto de general em chefe das forças rebeldes e substituído por David Canabarro foi entregue por Caxias ao Ministro da guerra, Salvador José Maciel, no dia 18 de julho de 1843, em ofício postado na localidade de Camaquã. Segundo o Barão, isto se deu devido ao descontentamento dos farroupilhas em face do atravessamento de 6.000 cavalos para as tropas imperiais que ele conseguira realizar pelo rio São Gonçalo. Nesta ocasião, Netto contava com a vantagem numérica de mais de 2.000 homens, enquanto que Caxias dispunha de 700 cavalarianos. Além dos problemas de resultados militares satisfatórios, que ocasionavam uma contraposição ainda maior entre os farrapos, havia empecilhos de natureza pessoal. Bento Gonçalves, que ainda se encontrava no posto da presidência da República Rio-Grandense, não obtinha mais o prestígio inicial, tendo Canabarro, general em chefe das tropas farroupilhas, como seu ferrenho opositor. Nas correspondências apreendidas do general farroupilha João Antônio da Silveira se encontravam cartas de Bento Gonçalves lamentando o fato de estar sofrendo tantas derrotas por parte de seus companheiros. Em trecho do ofício de Caxias, reproduzindo parte de seus escritos, Bento confessava: “pretendo me retirar da política em consequência das derrotas que tenho sofrido...”.⁵¹

⁴⁹ Arquivo Caxias – Arquivo Nacional. Arquivo Doc 62. 22/02/1843.

⁵⁰ Arquivo Caxias – Arquivo Nacional. Arquivo Doc 103. 23/06/1843.

⁵¹ Arquivo Caxias – Arquivo Nacional. Arquivo Doc 118. 18/07/1843.

O acontecimento que veio reforçar a desunião dos farroupilhas deveu-se à atitude de Bento Gonçalves da Silva ter, isoladamente, procurado Caxias, um ano antes do acordo de Ponche Verde, sem o conhecimento dos outros líderes, na tentativa de negociar o término do conflito.⁵² Bento, naquele momento, já não ostentava cargo algum de maior importância, pois havia renunciado à Presidência e integrado as forças militares como mero comandante de suas tropas. E invariavelmente, o Barão reconhecia a importância da legalidade em relação à organização rebelde, pois uma conferência com ele poderia não resultar em acordo legal, nem ser reconhecido pelos demais dirigentes. Todavia, a argumentação do comandante imperial não arrefeceu os interesses de Bento Gonçalves, e Caxias recebeu nova procura:

Recebi uma carta de Bento Gonçalves, instando novamente pela entrevista em que um mês antes me tinha mandado falar, apregoando que estava autorizado pelos demais chefes para levar a efeito tudo quanto tratasse comigo e mostrando muita vontade de ver tudo concluído amigavelmente.⁵³

Após as insistências de Bento Gonçalves, Caxias resolveu encontrá-lo, pensando que nenhum mal poderia ocorrer à causa imperial com a aceitação da conferência particular. Durante o encontro, Bento expôs a sua principal preocupação, a concessão de anistia e o ressarcimento das dívidas internas e externas que os farroupilhas haviam contraído. Ao final da entrevista, o Barão encarregou-se de levar ao conhecimento do Imperador as concessões exigidas. Mas ao final de dois dias após a conferência, Bento Gonçalves informou a Caxias que o presidente da República Rio-Grandense Gomes Jardim e o comandante-em-chefe David Canabarro não reconheciam a sua representação para tratar de tal assunto, contradizendo totalmente a última carta de apelo que havia mandado ao Barão de Caxias.

O encontro de Bento Gonçalves com Caxias foi duramente criticado, principalmente porque ele demonstrou com nitidez, ao Barão, a desunião dos farrapos. E conseqüentemente, Caxias percebeu o estado de ruptura do governo farroupilha, comunicando-o ao ministro de guerra do Império, Jerônimo Coelho:

Em vista do estado de desunião entre os rebeldes, não sei com quem se poderá tratar, com probabilidade de bom resultado....Os chefes que capitaneam forças estão tão

⁵² GOLIN, Tau. **A Tradição na cultura e na história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1989. p. 88.

⁵³ Arquivo Caxias – Arquivo Nacional. Arquivo Doc 175. 23/03/1844.

rivalizados entre si, que nenhum deles se poderá comprometer a qualquer arranjo amigável, receoso dos outros rivais...⁵⁴

O delegado legalmente constituído para negociar a “paz” pelo governo farroupilha era Antônio Vicente da Fontoura, deputado, major e Ministro da Fazenda da República Rio-Grandense. Os constantes apelos de Bento e outros chefes a Caxias, levou o novo delegado a concluir que o comandante imperial passava a conhecer “a desinteligência, falta de unanimidade e até uma fraqueza...”⁵⁵. Na correspondência de Fontoura aparecem insatisfações e confrontos entre os líderes do movimento como, por exemplo, uma carta à sua esposa, seis meses antes de terminar a revolução:

Grande certamente já me parecem os dias, vendo lentamente perdidas as horas [...] nesta lida bruta, torpe de envilecimento. De envilecimento sim!, porque se ocupam quase sem exclusão os primeiros chefes de guerrearem uns aos outros com intrigas tão vis e baixas que coisa enfadonha e nojenta é referi-las.⁵⁶

Ao utilizar as fontes dos documentos de ordens do dia do Barão de Caxias, é possível perceber a insistência de Bento Gonçalves nas negociações em resolver o término do conflito farrapo. O Barão escreveu com minúcias essas negociações, e é válido citá-las como comprovação da viabilidade deste trabalho:

Depois de conferenciarmos mais de duas horas, vi que Bento Gonçalves, com efeito, conhecia a impossibilidade de continuar a guerra; e que queria ter ele a glória de a concluir, desviando a David Canabarro de figura como primeira pessoa neste negócio.⁵⁷

Nota-se que devido ao intenso grau de desgaste e derrocada que havia chegado a rebelião farroupilha, o grupo que conseguisse ultimar a “paz” sairia fortalecido após o pós-guerra. Como parte de sua estratégia de instigar, de todas as formas, a rivalidade entre os chefes farroupilhas que estavam na cabeça da revolução, Caxias determinou que as iniciativas de Bento chegassem ao conhecimento do governo farroupilha, dessa forma, mantinha

⁵⁴ Arquivo Caxias – Arquivo Nacional. Arquivo Doc 205. 11/07/1844.

⁵⁵ GOLIN, Tau. **A Tradição na cultura e na história do Rio Grande do Sul**. Diário de Antônio Vicente da Fontoura. Porto Alegre: Editora Tchê, 1989.

⁵⁶ *Ibidem.*, p.96.

⁵⁷ Arquivo Caxias – Arquivo Nacional. Arquivo Doc 199. 14/06/1844.

seriedade ao negociar com a delegação legal, e igualmente, cumpria sua resolução de provocar discórdia.

Bento Gonçalves tentou ainda defender-se, negando que havia mandado pedir anistia e que fora caluniado por Gomes Jardim e David Canabarro. Porém, o documento que chegou às mãos do governo farroupilha foi a carta em que Caxias respondia o requerimento de Bento. Ademais, o pedido de anistia, realizado por escrito, no dia 2 de outubro de 1844, intermediado pelo primo de Bento, Ismael Soares da Silva, ex-coronel e deputado sul-rio-grandense, que anistiado, já havia voltado à proteção do Império, encontra-se guardado no arquivo pessoal do Barão:

Perante Vossa Excelência me apresento comissionado por parte dos Chefes Bento Gonçalves da Silva e Antônio de Souza Netto, para fazer saber a V. Excelência a resolução em que eles estão de deixarem o serviço em que se tem empregado pelo espaço de nove anos, resolutos a não hostilizarem mais as forças do Exército que V. Exa. Comanda, toda a vez que V. Exa. lhes envie um salvo-conduto para eles e todos os seus companheiros d'armas, que os queiram acompanhar, esperando que V. Exa. obtenha de sua Majestade o Imperador, não só o pleno esquecimento de seus erros, como uma garantia para suas pessoas, e todos os seus companheiros, quaisquer que tenham sido os seus procedimentos no tempo em que estiveram em armas contra o Império. Se V. Exa. confia no que acabo de expor, eu me responsabilizo pelo exato cumprimento do que os meus amigos mandam por mim prometer a Vossa Excelência.⁵⁸

O salvo-conduto significava proteção do Imperador aos anistiados que desistissem da rebelião. E conforme Caxias havia determinado anistiar a todos aqueles que abandonassem a causa farroupilha, era de se esperar que ele atendesse ao pedido de Ismael. Todavia, neste pedido em particular havia o dispositivo para causar a deposição das armas, já que a anistia de Bento e Netto conduziria a uma situação de busca de entendimento final com o Império. Apesar de Bento e Netto serem naquele momento chefes secundários da revolução, exerciam ainda muita influência entre as tropas rebeldes. Para Caxias, a expedição dos salvo-condutos representava a cartada final na derrocada do movimento, tanto que manifestava sua satisfação em um ofício reservado à Coroa:

Não duvidei mandar aos chefes Bento Gonçalves da Silva e Antônio de Souza Netto os salvo-condutos que eles me mandavam pedir. E creio que, com esse procedimento, terei dado o último golpe nos rebeldes desta Província.⁵⁹

⁵⁸ Arquivo Caxias – Arquivo Nacional. Arquivo Doc 242. 02/10/1844.

⁵⁹ Arquivo Caxias – Arquivo Nacional. Arquivo Doc 241 (ofício reservado). 02/10/1844.

As conseqüências pela concessão das anistias não demoraram a aparecer, conforme o Barão previra, e Antônio Vicente da Fontoura, juntamente com o capitão Francisco Pereira de Souza foram os primeiros a manifestar indignação. Vicente da Fontoura exclamava: “os tenentes manejos dos mashorqueiros para estorvarem a conclusão da “paz”.⁶⁰ O capitão Souza reclamava de Ismael, primo de Bento que intermediou o pedido de anistia: “foi ao Barão pedir anistias para o Bambá (apelido de Bento, que significava agourento) e Netto, desfazendo em tudo o partido a que outrora pertenceu”.⁶¹ Diante desta realidade de irreconciliação entre os farroupilhas, o final da guerra era apenas uma questão de acertos, pois o conflito divisionista adquirira situação irreversível, dando provas da inviabilidade em prosseguir com a revolução.

Durante o ano de 1844, Caxias havia ocupado cidades, vilas e campanha com um exército imperial de mais de 12.000 homens, enquanto as tropas farrapas contavam com menos de 2.000 combatentes.⁶² Ganhou a simpatia da população sul-rio-grandense distribuindo rações de carne e dando tecidos para as mulheres costurarem fardamento às tropas imperiais.⁶³ Mesmo com o desenvolvimento das conversações com a delegação farroupilha para o término da guerra, jamais suspendeu os confrontos bélicos e deixou de perseguir permanentemente os rebeldes. Dessa forma, Caxias aliava às suas habilidades guerreiras um jogo político de complexidade muito superior ao demonstrado pela república dos estancieiros.

⁶⁰ GOLIN, Tau. **A Tradicionalidade na cultura e na história do Rio Grande do Sul**. Diário de Antônio Vicente da Fontoura Porto Alegre: Editora Tchê, 1989. p. 95.

⁶¹ *Ib.*, p. 96.

⁶² *Ib.*, p. 92.

⁶³ PICCOLO, Helga. Palestra. **História; ensino e pesquisa**. V. 1-, n. 1-, 1985- Porto Alegre, Sulina. 118p. 21 cm.

CONCLUSÃO

Através da exposição destes argumentos, apoiados pela documentação apresentada, além das evidências anunciadas pela obra de historiadores, compreendemos que a problemática monográfica defendida encontra-se satisfatoriamente corroborada. A assertiva de que ocorreram divergências entre as lideranças farroupilhas pôde ser observada na apresentação dos documentos do Barão de Caxias, nos ofícios produzidos no período temporal de 1842 a 1846, enquanto este comandava o Exército imperial a fim de pacificar a Província de São Pedro do Sul, atual Estado do Rio Grande do Sul.

Acreditamos que apesar da formalização de um governo farroupilha, instrumentalizado pelo funcionamento da República Rio-Grandense, não foi o bastante para que a causa rebelde legitimasse a sua unicidade. Com o passar dos anos, após a deflagração do conflito em 20 de setembro de 1835, o movimento foi dispersando-se, com cada fragmento sendo liderado por alguns proprietários/militares carismáticos, processo este que foi intensificando-se a partir da chegada de Caxias à Província, em 1842. O estado de ruptura a que os farroupilhas haviam chegado foi determinante para que Caxias pusesse um ponto final na insurreição rebelde, já que uma de suas principais estratégias consistia no reforço às divergências existentes, arquitetada através da incitação deliberada às desconfianças, em um jogo de acusações e difamações.

A Revolução Farroupilha, segundo Moacyr Flores, dotava-se do ideário liberal do século XIX, com a defesa de maior participação do poder legislativo, a fim de evitar abusos do poder executivo.⁶⁴ No entanto, o que ocorreu durante o governo de Bento Gonçalves da Silva foi uma total inversão destes valores, seu comportamento frente à Assembléia Constituinte e Legislativa confirma claramente uma postura anti-liberal. A protelação da sua

⁶⁴ FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**: as idéias políticas da revolução farroupilha. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1978. p. 165.

inauguração, que ocorreu somente em início de 1840 por meio do vice-presidente José Mariano de Matos, e graças à sua ausência, pois encontrava-se em Paisandu, conferenciando com Frutuoso Rivera, confirma que Bento Gonçalves não pretendia abrir mão de seus poderes discricionários. A série de medidas impeditivas para o livre funcionamento do poder legislativo como a suspensão das garantias individuais, além de outras retaliações à oposição, demonstram que Bento Gonçalves da Silva atrapalhou o objetivo da delegação governamental que ele próprio ajudou a se formalizar.

O fato de Bento Gonçalves da Silva tentar a resolução do conflito farroupilha por conta própria, sem o conhecimento dos demais participantes do governo, comprova que o estado de divergências entre os líderes do movimento beirava à discórdia. Na ocasião Bento já não possuía cargo algum de maior importância dentro da República Rio-Grandense, tendo renunciado à presidência em vista de sérias acusações de corrupção, além do assassinato do vice-presidente Paulino da Fontoura. Para a tarefa que Bento Gonçalves almejava concretizar, já se encontrava responsável o Ministro Antônio Vicente da Fontoura, nomeado como encarregado de promover a “Paz” entre imperiais e farroupilhas. O desrespeito à função exercida por Fontoura, naquele período de 1844, demonstra que havia interesses de fomentar o acordo final com o Barão de Caxias para conseguir prestígio político na Província, fortalecendo-se como o promotor efetivo da finalização da desordem.

O encontro de Bento Gonçalves com Caxias demonstrou com clareza a divisão farroupilha, evidenciando ao Barão o estado de ruptura que havia chegado o governo rebelde. A exploração desta situação foi determinante para que o pacificador da Província, nomeado pelo Império do Brasil, pudesse determinar finalmente o fim da insurreição, a qual já durava mais de nove anos. Apesar de Bento Gonçalves não ser o responsável legal para efetivar os acordos de “Paz”, Caxias deu-lhe atenção, porque detectava a possibilidade de incentivar ainda mais a cizânia entre seus companheiros, fazendo com que a sua atitude chegasse ao conhecimento dos demais comandantes farrapos. A concessão da anistia imperial aos generais Antônio de Souza Netto e Bento Gonçalves da Silva, como havia sido solicitado por eles, promoveria uma imediata busca de entendimento entre as forças inimigas, pois apesar de Bento e Netto serem naquele momento líderes secundários, ainda exerciam muito prestígio entre as fileiras rebeldes.

O desenvolvimento desta pesquisa monográfica amparou-se na preocupação constante em cultivar um método responsável de se produzir historiografia. A enumeração de elementos históricos que demonstram a sustentação do problema definido foi essencial para a revelação

pretendida, onde a lógica e a evidência transpareceram no desenrolar deste trabalho. Comprendemos que a aproximação da verdade sobre a história constitui-se em um sério compromisso que deve ser respeitado pelos historiadores. A ciência histórica empenha-se em um projeto intelectual coerente, aprimorando-se cada vez mais no exercício reflexivo acerca da interpretação e do conhecimento.⁶⁵ Portanto, o combate à distorção do passado histórico, no caso pretendido, a Revolução Farroupilha, é tarefa primordial para a não efetivação da substituição da história pelo “mito”, pois ela determina o conteúdo dos livros escolares e a difusão de valores passíveis de dúvida, os quais não propiciam ao debate e a reflexão crítica. A falsa unicidade do movimento farroupilha e o silêncio a respeito dos desentendimentos entre seus artífices criam a ilusão alienada sobre um processo histórico que se encontra repleto de uma riqueza de complexidades.

O arquétipo conveniado que subsiste no Rio Grande do Sul acerca dos executores da insurreição farroupilha conforma a disseminação de idéias absolutamente conservadoras. A moralidade gentílica, onde se reveste perfis históricos impassíveis de deslizes éticos e morais, só é possível com a criação do tempo vago, com uma reelaboração do passado em origens definidoras de ideais imutáveis, impossibilitando a reflexão da totalidade.⁶⁶ Através do marketing cultural, por meio da televisão, rádio, jornais, revistas e internet, além do ferrenho apoio dos militantes tradicionalistas, verdadeiros intelectuais orgânicos, constrói-se a unicidade farroupilha, confortando os sul-rio-grandenses em uma sociabilidade imaginária, conformadora da realidade. Tal visão restringe o nosso passado a cronologias positivistas, narrativas deficitárias que coíbem a criação de uma mentalidade ilustrada.

Toda essa construção sistemática de heróis regionais prima pela adoração de modelos humanos transformados em ícones simbólicos. O culto a essas figuras colabora para a dignificação hierárquica do latifúndio, modelo de veneração adotado pelo tradicionalismo, posto como hipotético lugar da felicidade.⁶⁷ Todavia, o latifúndio foi grande responsável pela perpetuação da desigualdade social, pela concentração da riqueza na mão de poucos indivíduos, pelo empobrecimento econômico da região da Campanha do Rio Grande do Sul e pela ociosidade produtiva da terra. Sendo assim, a adoração a latifundiários configura-se em uma prática de exclusão à sociedade sul-rio-grandense, no reforço às amarras conservadoras

⁶⁵ HOBBSAWM, Eric J., 1917-**Sobre História** / *Eric Hobsbawm*; tradução Cid Knipel Moreira. _ São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 8.

⁶⁶ GOLIN, Tau. **Identities**: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo. Passo Fundo: Clio, Méritos, 2004. p. 14.

⁶⁷ *Ibidem.*, p. 16.

da hierarquia e contentamento das elites, no retorno à dicotomia explorador e explorados, contemplados pela configuração cetegista da posição fantasiosa de patrão e peão.

O esforço pela disseminação da unidade farroupilha também dimensiona a intenção do movimento tradicionalista em se auto eleger como mantenedora da uniformidade cultural na a sociedade sul-rio-grandense. O não reconhecimento de outras manifestações culturais presentes no Rio Grande do Sul, caracterizado por sua diversidade multi-cultural e multi-étnica, evidencia no MTG o seu caráter doutrinador e perseguidor daqueles que não concordam com a preconização do modelo “gauchesco”, limitando os espaços da arte e da cultura.⁶⁸ Todavia, a moralidade e altivez inseridas no modelo gentílico cultuado não possuem enraizamentos históricos observáveis, não se prolongando como uma continuação do passado até o presente, e sim sendo produto da sociedade moderna, efetivando-se como representação da contemporaneidade.

Com a realização deste trabalho, nos colocamos intencionados em conscientizar as gerações atuais e futuras dos cidadãos do Estado do Rio Grande do Sul. Almejamos que o conteúdo desta pesquisa amenize a continuação da veneração deste “panteão de heróis” fabricados pelo MTG e fortalecidos pelos meios de comunicação e governo estadual. É nosso desejo que estas figuras humanas não sejam inspiração para a formação de nossa identidade, pois são erroneamente apresentados como interessados no bem-estar geral da sociedade em que viveram, mas que efetivamente lutaram por uma elite latifundiária minoritária e pela manutenção de uma estrutura social excludente. Portanto, a defesa da existência das divergências entre as lideranças farroupilhas encontra-se sustentado pelos fenômenos da história sul-rio-grandense, devidamente distinguido entre o tempo histórico em evidência e a memória diluída em celebrações contemporâneas.

⁶⁸ Manifesto contra o Tradicionalismo.

FONTES

Arquivo Caxias – Arquivo Nacional. Rio de Janeiro:

Arquivo Doc 62. 22/02/1843.

Arquivo Doc 103. 23/06/1843.

Arquivo Doc 118. 18/07/1843.

Arquivo Doc 175. 23/03/1844.

Arquivo Doc 205. 11/07/1844.

Arquivo Doc 199. 14/06/1844.

Arquivo Doc 242. 02/10/1844.

Arquivo Doc 241 (ofício reservado). 02/10/1844.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**: as idéias políticas da revolução farroupilha. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1978.

_____. **Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

_____. **República Rio-Grandense**: realidade e utopia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GOLIN, Tau. **A Tradicionalidade na cultura e na história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1989.

_____. **O povo do pampa**: uma história de 12 mil anos do Rio Grande do Sul para adolescentes e outras idades / Tau Golin – Passo Fundo: Ediupf, Porto Alegre: Sulina, 1999.

_____. **Identidades**: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo. Passo Fundo: Clio, Méritos, 2004.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

HOBBSAWM, Eric J., 1917-**Sobre História** / Eric Hobsbawm; tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LEITMAN, Spencer Lewis. **Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos**: um capítulo da história do Brasil no século XIX / Spencer Lewis Leitman; tradução de Sarita Linhares Barsted. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Manifesto contra o Tradicionalismo: Disponível em: http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=6506.> Acesso em março de 2007.

PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Farroupilha**. Coleção Tudo é História. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PICCOLO, Helga. Palestra. **História; ensino e pesquisa**. V. 1-, n. 1-, 1985- Porto Alegre, Sulina. 118p. 21 cm.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Paradigmas do estudo da história**: os modelos de compreensão da ciência histórica no pensamento contemporâneo / Francisco Ricardo Rüdiger. Porto Alegre: IEL/IGEL, 1991.

SPALDING, Walter. **A Revolução Farroupilha**: história popular do grande decênio, seguido das efemérides principais de 1835-1845, fartamente documentadas. São Paulo: Editora Nacional; [Brasília]: INL, 1980.

TELLES, Jorge. **Farrapos a guerra que perdemos**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2002.